



Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento Efí S.A.

Demonstrações Financeiras

30 de junho de 2026

Ouro Preto, 27 de agosto de 2026.

Carta de apresentação

Prezados senhores,

Apresentamos as demonstrações financeiras da Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento Efí S.A. referentes ao 1º semestre de 2026, em conexão com as normas aplicáveis às Sociedades de Crédito, Financiamento e Investimento autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Expressamos também a nossa responsabilidade pelas informações contidas nas demonstrações financeiras e sua adequada apresentação, de acordo com as melhores práticas contábeis adotadas no Brasil e aplicadas ao setor.

As demonstrações financeiras referentes ao 1º semestre de 2026 foram publicadas em 27 de agosto de 2026, no site eletrônico da Instituição, de acesso público e gratuito, e estão disponíveis no endereço:

<https://sejaefi.com.br/governanca-corporativa/>

Atenciosamente,

Denis Silva

Denis Silva (27 de agosto de 2026 14:45:07 ADT)

Denis Costa da Silva

Diretor

Paulo Sérgio de Faria Barros

Paulo Sérgio de Faria Barros (27 de agosto de 2026 14:23:45 ADT)

Paulo Sérgio de Faria Barros

Diretor

Luciana Vedove

Luciana Vedove (27 de agosto de 2026 13:07:36 ADT)

Luciana Dale Vedove

Diretora

Alessander Dall'Orto

Alessander Campo Dall'Orto

Contador – CRC: ES-012954/O

efí



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1º SEMESTRE DE 2026

30 JUNHO DE 2026



Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento Efí S.A.

Demonstrações Financeiras

30 de junho de 2026

CONTEÚDO

Relatório da Administração 4

Balanço patrimonial 11

Demonstração do resultado 12

Demonstração do resultado abrangente 12

Demonstração das mutações do patrimônio líquido 13

Demonstração dos fluxos de caixa 13

Notas explicativas às demonstrações financeiras 14



Relatório da Administração

Visão Geral da Instituição

A Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento Efí S.A. (“Efí SCFI” ou “Instituição”) integra o Conglomerado Prudencial Efí como a instituição responsável pela estruturação, concessão e gestão das operações de crédito, financiamento e investimento. Controlada pelo Efí S.A. – Instituição de Pagamento (“Efí IP”), líder do Conglomerado, o Efí SCFI contribui para a ampliação das soluções financeiras oferecidas pelo Efí Bank, para a diversificação das receitas e no fortalecimento do relacionamento com os clientes, construindo um ecossistema financeiro cada vez mais completo e integrado.

Além do Efí SCFI, integram o Conglomerado Prudencial o Efí S.A. – Instituição de Pagamento e a Eva Benefícios S.A., empresas controladas em última instância pela Gerencianet Holding S.A., que também detém a Lesta Atendimento Ltda. Essa estrutura societária favorece a atuação coordenada entre as empresas do grupo, o compartilhamento de competências e a utilização eficiente de recursos, mantendo o alinhamento estratégico na oferta de soluções financeiras e de serviços.

Com sede em Ouro Preto (MG), escritórios em São Paulo (SP) e Recife (PE) e atuação em âmbito nacional, o Efí SCFI atua com infraestrutura tecnológica integrada, processos estruturados e rigor prudencial. Sua atuação concilia o crescimento da carteira de crédito com disciplina na alocação de capital, adequada gestão dos riscos, eficiência operacional e conformidade com os requisitos regulatórios aplicáveis às instituições financeiras.

Perfil Corporativo

O Efí SCFI é a frente especializada de crédito do Efí Bank, responsável pelo desenvolvimento e pela gestão de soluções financeiras voltadas principalmente a pessoas jurídicas. Sua atuação amplia a jornada financeira dos clientes por meio de produtos que promovam liquidez, financiamento e capital de giro, contribuindo para o fortalecimento do relacionamento e para a diversificação das fontes de receita do Conglomerado.

O portfólio contempla soluções de antecipação de recebíveis, capital de giro, cartões, seguro prestamista e modelos de financiamento estruturado. Esses produtos são desenvolvidos de forma integrada às demais soluções do Efí Bank, conectando serviços de pagamento e crédito em um mesmo ecossistema financeiro.



Seu modelo operacional combina tecnologia, inteligência de dados e automação de processos, proporcionando maior eficiência na originação, análise, formalização e acompanhamento das operações de crédito. A integração com a infraestrutura tecnológica do Efí Bank gera ganhos de escala e amplia o uso de informações nas decisões de crédito, a precificação, o monitoramento da carteira e a gestão dos riscos.

Por integrar o Efí Bank, o Efí SCFI compartilha a mesma identidade corporativa, refletida em sua missão, visão e valores. Sua missão é simplificar jornadas financeiras com eficiência e segurança, aliando tecnologia e inovação. Sua visão está orientada a contribuir para que o Efí Bank seja o banco digital mais eficiente do país e a melhor escolha para o cliente, tendo o crédito como um dos pilares para a geração de valor sustentável e para o fortalecimento das relações de longo prazo.

A cultura organizacional está fundamentada nos valores que orientam a atuação do Efí Bank: compromisso com pessoas e resultados, centralidade no cliente, ética, transparência, inovação, simplicidade e sustentabilidade. Esses princípios direcionam as decisões da Instituição, a condução de suas operações e o desenvolvimento de soluções de crédito responsáveis, reforçando seu compromisso com a solidez do negócio, a adequada gestão dos riscos e a geração sustentável de valor.

Desempenho Operacional

No 1º semestre de 2026, o Efí SCFI manteve a trajetória de expansão de suas operações, com crescimento da carteira de crédito e aprimoramento dos processos de análise, concessão e monitoramento.

A carteira de crédito totalizou R\$ 76 milhões em junho de 2026, crescimento de 26% em relação a dezembro de 2025 e de 114% na comparação com junho de 2025.

O aprimoramento dos processos de concessão e gestão de crédito, com maior utilização de inteligência de dados, modelos analíticos, automação e mecanismos de monitoramento fortaleceu a capacidade de avaliação das operações, apoiou a precificação e contribuiu para uma gestão da qualidade da carteira.

Como parte da estratégia de diversificação do portfólio, a Instituição lançou o seguro prestamista, ampliando as soluções disponibilizadas aos clientes e agregando maior proteção às operações de crédito.

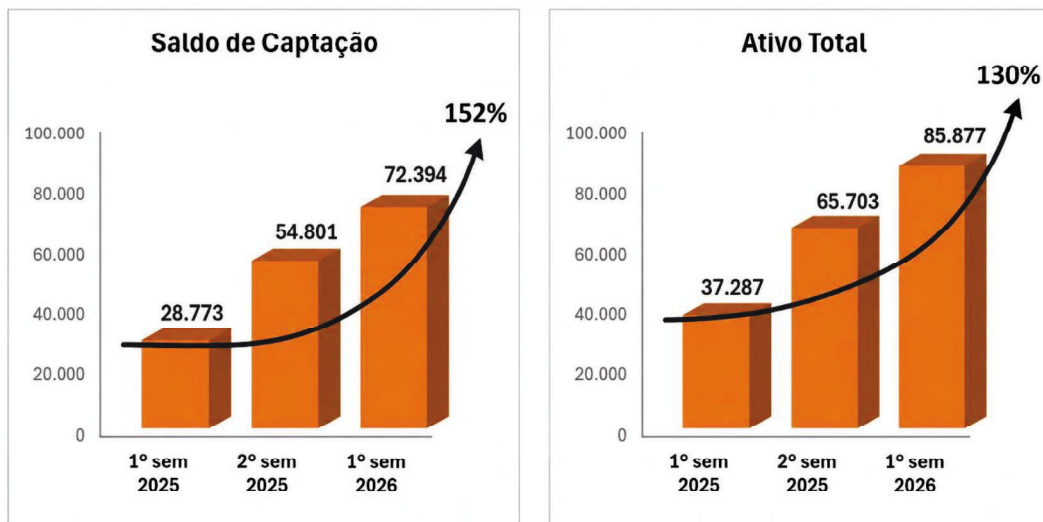
As fontes de recursos utilizadas para financiar a carteira também apresentaram evolução relevante. O volume de captações cresceu 32% em relação a dezembro de 2025 e 152% frente a junho de 2025, ampliando a capacidade de financiar a expansão da carteira. Em linha com esse movimento, o ativo total registrou crescimento de 31% no período e 130% comparado ao 1º semestre de 2025.



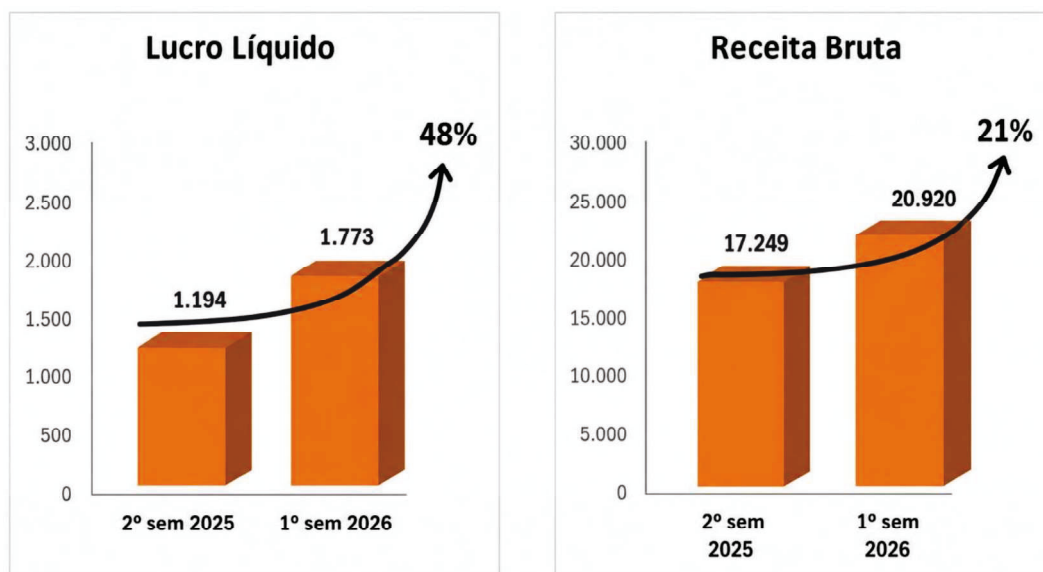
Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento Efí S.A.

Demonstrações Financeiras

30 de junho de 2026



O desempenho operacional refletiu nos resultados financeiros da Instituição. O lucro líquido cresceu 48% em relação ao 2º semestre de 2025, impulsionado principalmente pelas receitas provenientes das operações de antecipação de recebíveis e capital de giro, combinada com ganhos de eficiência e aprimoramentos na gestão dos riscos.



Os resultados do semestre demonstram a evolução da operação de crédito do Efí SCFI e sua capacidade de ampliar a atuação de maneira consistente, com fortalecimento da estrutura financeira, diversificação das fontes de receita e disciplina na gestão da carteira.

Aderência ao Plano de Negócios

As operações realizadas pelo Efí SCFI no 1º semestre de 2026 mantiveram alinhadas aos objetivos estratégicos estabelecidos em seu plano de negócios. A expansão da carteira de crédito e das captações, a ampliação do portfólio e a evolução dos mecanismos de gestão



de riscos e controles internos refletem a continuidade das diretrizes definidas para o desenvolvimento da Instituição.

O crescimento das operações foi acompanhado pelo fortalecimento da estrutura financeira, operacional e tecnológica necessária para suportar a expansão do negócio.

Durante o 1º semestre de 2026 o Conglomerado Prudencial apresentou Índice de Basileia consistentemente superior ao requerimento regulatório mínimo de 10,5%, aplicável aos conglomerados do Tipo 3 enquadrados no Segmento S4, evidenciando uma posição de capital sólida e compatível com o perfil de riscos assumido.

Além de atender integralmente aos requisitos prudenciais, o Conglomerado monitora continuamente o Índice de Basileia e de todos os seus componentes, adotando gestão ativa do capital e acompanhamento periódico pela Alta Administração. A Instituição opera com limites gerenciais mais conservadores do que os mínimos regulatórios, conforme estabelecido na sua Declaração de Apetite por Riscos (RAS), preservando margem de capital adequada para suportar o crescimento dos negócios, absorver eventuais perdas inesperadas e manter a resiliência financeira.

Caso sejam identificados desvios em relação aos limites internos, são tempestivamente acionados planos de ação voltados à recomposição dos níveis de capital e a manutenção de folga prudencial adequada. Essa abordagem reforça o compromisso do Conglomerado com uma gestão de capital robusta, preventiva e alinhada às melhores práticas de governança e regulação prudencial.

A Administração acompanha periodicamente a execução do plano de negócios e a adequação das operações às diretrizes estratégicas, financeiras e operacionais estabelecidas, considerando, entre outros aspectos, a evolução da carteira, das fontes de recursos utilizadas para financiá-la, da estrutura de capital, dos riscos e dos controles internos.

Com base nesse acompanhamento, não foram identificados, no 1º semestre de 2026, desvios relevantes capazes de comprometer os objetivos estratégicos ou a sustentabilidade econômico-financeira da Instituição.

Premiações e Reconhecimentos

No 1º semestre de 2026, a atuação do Efí SCFI foi reconhecida por iniciativas relacionadas à inovação, à experiência do cliente e ao desenvolvimento de soluções de crédito sustentadas por tecnologia, inteligência de dados e gestão de riscos.

Entre os destaques do período, o Efí Bank conquistou o Troféu Bronze no Prêmio Latam ClienteSA 2026, na categoria “*Mejor Estrategia de Cobranza, Riesgo y Crédito*”, com o *case* Antecipação de Recebíveis. A premiação reconheceu uma solução desenvolvida para ampliar o acesso ao crédito de forma digital, segura e integrada às necessidades financeiras das empresas.



O reconhecimento *case* evidencia a contribuição da inteligência analítica, da automação de processos e da gestão de riscos para a agilidade na concessão, a eficiência operacional, previsibilidade financeira para os clientes e a escalabilidade da operação de crédito.

A Instituição também esteve entre os destaques do Prêmio ClienteSA CX, reforçando seu compromisso com a evolução contínua da experiência dos clientes e com a oferta de jornadas de crédito mais simples, ágeis e transparentes, preservando a segurança e a qualidade das análises.

As premiações obtidas refletem a capacidade do Efí Bank de transformar tecnologia, conhecimento do negócio e inteligência de dados em soluções financeiras que geram valor para clientes, parceiros e acionistas.

Diretrizes Estratégicas e Futuro

No 1º semestre de 2026, o Efí SCFI priorizou a ampliação da operação de crédito e na preparação da estrutura necessária para sustentar o crescimento dos próximos ciclos. As principais frentes envolveram a evolução do portfólio, o desenvolvimento de novos modelos de concessão, a modernização tecnológica, o fortalecimento da gestão de riscos e a diversificação das fontes de recursos utilizadas para financiar a carteira.

Um dos principais marcos do período foi a evolução do Conglomerado Prudencial Efí para o Segmento Prudencial S4, conforme classificação do Banco Central do Brasil. A mudança acompanha o crescimento do Conglomerado e exige o contínuo aprimoramento da governança, dos controles internos, da gestão integrada de riscos e do planejamento de capital. Para o Efí SCFI, esse novo contexto amplia a responsabilidade de expandir as operações preservando a qualidade da carteira e a adequação dos indicadores prudenciais.

A jornada de antecipação de recebíveis foi aprimorada, com reforço dos mecanismos de segurança e evolução de funcionalidades voltadas à eficiência e à escalabilidade da operação. A solução de capital de giro também evoluiu com o desenvolvimento de recursos de autoatendimento, que buscam proporcionar maior autonomia aos clientes, reduzir o tempo de contratação e simplificar a jornada.

No segmento de cartões, foi realizada a substituição da processadora, iniciativa relevante para a modernização da operação. A mudança amplia a capacidade de evolução dos produtos, fortalece a segurança e a estabilidade do processamento e cria condições para o desenvolvimento de novas funcionalidades destinadas aos diferentes perfis de empresas atendidas pelo Efí Bank.

Paralelamente, o Efí SCFI trabalhou na estruturação de novos modelos de crédito desenvolvidos em parceria com outros ecossistemas. Essas iniciativas ampliam os canais de originação, possibilitam a atuação em segmentos específicos da economia e favorecem o desenvolvimento de soluções adaptadas às necessidades dos clientes e parceiros.



A evolução dos produtos foi acompanhada pelo aprimoramento dos modelos de concessão, precificação e monitoramento da carteira. A utilização de inteligência artificial, ciência de dados e automação permite qualificar as decisões, reduzir o tempo de análise e ampliar a eficiência dos processos. O Laboratório de Inovação e a Assistente de Inteligência Artificial do Efí complementam essa agenda ao estimular novas aplicações tecnológicas e ampliar o acesso ao conhecimento institucional.

A Instituição também fortaleceu os mecanismos de cibersegurança e prevenção a fraudes integrados às jornadas de crédito e avançou na governança de dados, ampliando a confiabilidade das informações utilizadas nas análises e a segurança necessária para a expansão das operações.

Para acompanhar o crescimento da carteira, o Efí SCFI ampliou suas captações e manteve o foco na diversificação das fontes de recursos utilizadas para financiar as operações de crédito. A gestão dessas fontes considera o custo dos recursos, os prazos das captações, as necessidades projetadas para a carteira e a preservação dos indicadores prudenciais.

A integração entre as áreas de Crédito, Produtos, Tecnologia, Dados, Comercial, Riscos e Finanças também foi fortalecida, ampliando a coordenação na execução das iniciativas. No campo comercial, a atuação permanece orientada pelo uso de dados, pela especialização do atendimento e pela identificação de segmentos com maior potencial para utilização das soluções de crédito da Instituição.

Para o 2º semestre de 2026, o Efí SCFI permanecerá concentrado na conclusão das evoluções em andamento, na ampliação da oferta de crédito para pessoas jurídicas e no desenvolvimento de novas parcerias. Também seguirá aprimorando os modelos de gestão de riscos, a infraestrutura tecnológica e as fontes de recursos necessárias para financiar o crescimento projetado da carteira.

Conclusão

O 1º semestre de 2026 representou um período de evolução consistente para o Efí SCFI. O crescimento da carteira de crédito, das captações, do ativo total e do lucro líquido demonstra o fortalecimento da operação e a capacidade da Instituição de executar sua estratégia de forma sustentável.

Os avanços no portfólio, na estrutura de financiamento da carteira, nos modelos de concessão e monitoramento e nas capacidades tecnológicas e de gestão de riscos prepararam o Efí SCFI para a continuidade da expansão. A evolução do Conglomerado Prudencial Efí para o Segmento Prudencial S4 reforça a necessidade de contínuo aprimoramento da estrutura de governança, riscos e capital diante de um ambiente regulatório e operacional de maior complexidade.

Para o 2º semestre de 2026, a Administração permanecerá concentrada na execução das iniciativas previstas em seu planejamento, preservando o equilíbrio entre crescimento, rentabilidade, qualidade da carteira, eficiência operacional e solidez financeira.



Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento Efí S.A.

Demonstrações Financeiras

30 de junho de 2026

Nesse contexto, O Efí SCFI encerra o período mais preparada para ampliar sua atuação no mercado de crédito para pessoas jurídicas e reafirma seu compromisso com a geração de valor sustentável para clientes, colaboradores, parceiros e acionistas, contribuindo para o desenvolvimento do Sistema Financeiro Nacional.

A Administração.



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento Efi S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento Efi S.A. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2026 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Instituição em 30 de junho de 2026, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido



Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento Efi S.A.

na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.

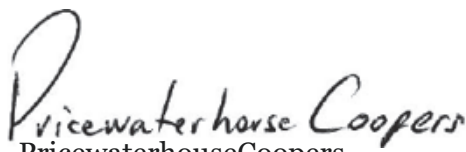


Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento Efí S.A.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 27 de agosto de 2026


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/F-5

DocuSigned by
Daniel Marteletto
Assinado por: DANIEL NAVES MARTELETTO/0026072660
CPF: 0026072660
Data/Hora da Assinatura: 27 de agosto de 2026 | 17:28 BRT
O: ICP-Brasil, OU: Certificado Digital PF A1
C: BR
Email: AC-SingletID-Multiple
B6C3D5B81A8C4C0...

Daniel Naves Marteletto
Contador CRC 1MG105346/O-2



Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento Efí S.A.

Demonstrações Financeiras

30 de junho de 2026

Balanco patrimonial

Em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025

(valores expressos em milhares de reais)

	Nota	30/06/2026	31/12/2025
Ativo circulante		73.303	56.549
Disponibilidades	4	21.804	9.582
Ativos financeiros – custo amortizado		63.853	55.402
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4 e 5	-	4.031
Operações de crédito	7a	63.853	51.371
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	8	(15.192)	(10.312)
Outros ativos	9	2.838	1.877
Ativo não circulante		12.574	9.154
Ativos financeiros – custo amortizado		12.868	9.286
Operações de crédito	7a	12.868	9.286
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	8	(345)	(203)
Outros ativos		45	65
Imobilizado		6	6
Outras imobilizações		9	9
Depreciação acumulada		(3)	(3)
Total do ativo		85.877	65.703
Passivo circulante		54.449	42.631
Outros passivos	10	4.372	3.558
Obrigações trabalhistas e previdenciárias		396	376
Obrigações fiscais		1.102	463
Contas a pagar - operações de cartão		2.174	2.272
Outros passivos		700	447
Depósitos e demais instrumentos financeiros – custo amortizado		50.077	39.073
Depósitos a prazo	11a	50.077	39.073
Passivo não circulante		22.327	15.744
Depósitos e demais instrumentos financeiros – custo amortizado	11a	22.317	15.728
Depósitos a prazo		22.317	15.728
Provisões para contingências	12	10	16
Patrimônio líquido	13	9.101	7.328
Capital social		26.050	26.050
Prejuízos acumulados		(16.949)	(18.722)
Total do passivo		85.877	65.703

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Demonstração do resultado

Semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025

(valores expressos em milhares de reais)

	Nota	30/06/2026	30/06/2025
Receitas da intermediação financeira		20.052	7.555
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5b	1.091	159
Títulos e valores mobiliários	6a	-	383
Operações de crédito	7d	18.961	7.013
Despesas da intermediação financeira		(4.024)	(1.159)
Operações de captação no mercado	11b	(4.024)	(1.159)
Resultado bruto de intermediação financeira		16.028	6.396
Provisões p/ perdas esperadas associadas ao risco de crédito		(7.799)	(3.381)
Outras receitas e despesas operacionais		(5.696)	(5.111)
Receitas de prestação de serviços	14	867	245
Despesas de pessoal	15	(1.498)	(1.355)
Despesas tributárias	17	(800)	(314)
Outras despesas administrativas	16	(3.399)	(3.250)
Outras despesas operacionais		(867)	(447)
Outras receitas operacionais		1	10
Resultado antes dos tributos		2.533	(2.096)
Tributos sobre o lucro		(760)	-
Provisão para imposto de renda	18	(450)	-
Provisão para contribuição social	18	(310)	-
Resultado líquido do semestre		1.773	(2.096)
Resultado por ação (Em reais)		0,10	(0,15)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado abrangente

Semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025

(valores expressos em milhares de reais)

	30/06/2026	30/06/2025
Resultado líquido do semestre	1.773	(2.096)
Outros resultados abrangentes do semestre		
Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado	-	-
Itens que não poderão ser reclassificados para o resultado	-	-
Total dos resultados abrangentes do semestre	1.773	(2.096)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento Efí S.A.

Demonstrações financeiras
30 de junho de 2026

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025

(valores expressos em milhares de reais)

	Nota	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldo em 31/12/2025		26.050	(18.722)	7.328
Resultado do semestre		-	1.773	1.773
Saldo em 30/06/2026		26.050	(16.949)	9.101
Mutações do semestre		-	1.773	1.773

	Nota	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldo em 31/12/2024		23.250	(17.900)	5.350
Adoção inicial da Res. CMN nº 4.966/21	13d	-	80	80
Saldo em 01/01/2025		23.250	(17.820)	5.430
Resultado do semestre		-	(2.096)	(2.096)
Aumento de capital		2.800	-	2.800
Saldo em 30/06/2025		26.050	(19.916)	6.134
Mutações do semestre		2.800	(2.096)	704

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos fluxos de caixa - método indireto

Semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025

(valores expressos em milhares de reais)

	Nota	30/06/2026	30/06/2025
Atividades operacionais			
Resultado líquido do semestre		1.773	(2.096)
Provisões p/ perdas esperadas associadas ao risco de crédito	8	7.799	3.381
Provisões p/ contingências	12	(2)	-
Imposto de renda e contribuição social	18	760	-
Resultado ajustado		10.330	1.285
Imposto de renda e contribuição social pagos		(658)	-
Passivos contingentes pagos		(4)	-
Variação de ativos e passivos			
(Aumento) Redução de outros ativos		(283)	415
Aumento de operações de crédito		(18.842)	(25.778)
Redução em títulos e valores mobiliários		-	1.953
Aumento em depósitos a prazo		17.592	18.059
Aumento em outros passivos		56	630
Caixa líquido gerado (aplicado) em atividades operacionais		8.191	(3.436)
Atividades de financiamentos			
Aumento de capital		-	2.800
Caixa líquido proveniente de atividades de financiamentos		-	2.800
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		8.191	(636)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		13.613	2.272
Caixa e equivalentes de caixa no final do período		21.804	1.636

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Notas explicativas às demonstrações financeiras

(valores expressos em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento Efí S.A. ("Efí SCFI" ou "Instituição") é uma sociedade por ações de capital fechado e tem por objeto social (i) a prática de operações ativas, passivas e acessórias inerentes às Sociedades de Crédito, Financiamento e Investimento; (ii) a realização de operação de crédito para financiamento de bens e serviços a pessoas físicas ou jurídicas; (iii) a realização de operação de crédito para financiamento de capital de giro a pessoas jurídicas; e (iv) todas as outras modalidades autorizadas pelo Banco Central do Brasil.

A sede da Instituição fica em Ouro Preto, Minas Gerais, na Av. Presidente Juscelino Kubitschek, nº 31, conjunto A, 2º e 3º pavimentos, Bairro Bauxita, CEP 35.402-179.

As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de sociedades que atuam no mercado financeiro e operam por meio de estrutura corporativa integrada do Conglomerado Efí ("Conglomerado"). A Instituição tem como controladora o Efí S.A. – Instituição de Pagamento, que é a líder do Conglomerado Prudencial.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às Instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ("BCB"), e conforme as diretrizes da Resolução CMN nº 4.818/2020.

A Administração avaliou a capacidade da Instituição continuar operando e está convencida de que possui recursos suficientes para continuar as atividades no futuro.

a) Balanço patrimonial

As contas de ativo e passivo são apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade.

b) Demonstração do resultado

A demonstração de resultado foi apurada de acordo com o regime de competência, nos termos do artigo 187 e § 1º, da Lei nº 6.404/76.

c) Uso de estimativas e julgamentos

A elaboração das demonstrações financeiras requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Os ativos, passivos, receitas e despesas e outras transações sujeitas a essas estimativas e premissas referem-se, basicamente, a: (i) o valor de mercado de certos ativos e passivos financeiros; (ii) as taxas de depreciação e amortização dos itens do ativo permanente; (iii) provisões de operação de crédito e passivos contingentes, e (iv) estimativas dos créditos tributários ativados. Os valores de eventual liquidação destes ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas. A Administração da Instituição revisa as estimativas e premissas periodicamente.



3. Políticas contábeis significativas

a) Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto, quando aplicável, por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

b) Moeda funcional

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais (R\$), a taxa utilizada para a conversão de ativos, passivos e contas de resultado denominados em moeda estrangeira, quando existente, corresponde às taxas de câmbio divulgadas pelo BCB, na data do respectivo balanço. Todas as informações financeiras apresentadas foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

c) Apuração do resultado

Em conformidade com o regime de competência, as receitas e as despesas são reconhecidas na apuração do resultado do período a que pertencem.

As operações formalizadas com encargos financeiros pós-fixados são atualizadas pelo critério *pro rata dia*, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados e as operações com encargos financeiros pré-fixados estão registradas pelo valor de resgate, retificado por conta de rendas a apropriar ou despesas a apropriar correspondentes ao período futuro.

As rendas provenientes das operações de crédito são reconhecidas *pro rata dia*, utilizando-se a metodologia diferenciada do cálculo da taxa de juros efetiva.

As receitas de operações de crédito ainda não recebidas com problema de recuperação de crédito, somente são reconhecidas quando efetivamente recebidas, conforme determina o § 1º do art. 17 da Resolução CMN nº 4.966/21.

d) Disponibilidades

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias, na data de aquisição. Esses recursos são utilizados pela Instituição para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo e estão apresentados na Nota Explicativa nº 4.

e) Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são reconhecidos na data de sua aquisição, originação ou emissão pelo preço de transação de contratos com clientes (valor de custo) ou pelo valor justo nos demais casos.



I. Classificação de Instrumentos financeiros

Ativos financeiros: Segue o modelo de negócio da Instituição e as características contratuais dos fluxos de caixa desses ativos conforme estabelecido pela Resolução CMN nº 4.966/21.

A Instituição define o modelo de negócios em um nível que reflete como os grupos de ativos financeiros são administrados para alcançar objetivos de negócios específicos.

Para determinar as características contratuais dos fluxos de caixa dos instrumentos financeiros, a Instituição avalia a composição dos instrumentos financeiros, por meio do teste SPPJ (Somente Pagamento de Principal e Juros).

Com base nos resultados do teste SPPJ e no modelo de negócios adotado pela Instituição, os ativos financeiros podem ser mensurados de acordo com as seguintes categorias:

- **Custo amortizado (CA):** mensurados com base nos fluxos de caixa contratuais, considerando apenas os pagamentos de principal e juros.
- **Valor justo no resultado (VJR):** mensurados a valor justo, com os ajustes de variação reconhecidos diretamente no resultado do período.
- **Valor justo em outros resultados abrangentes (VJORA):** mensurados a valor justo, sendo as variações registradas diretamente no grupo de outros resultados abrangentes, dentro do patrimônio líquido.

Passivos financeiros: São classificados na categoria custo amortizado, conforme Resolução BCB nº 352/23, observando as exceções previstas no art. 9º, incisos I a V.

II. Mensuração de Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros classificados a valor justo, são mensurados segundo a hierarquia descrita a seguir:

- **Nível 1:** Cotações de preços observáveis em mercados ativos para o mesmo instrumento financeiro.
- **Nível 2:** Cotações de preços observáveis em mercados ativos para instrumentos financeiros com características semelhantes ou baseados em modelo de precificação nos quais os parâmetros significativos são baseados em dados observáveis em mercados ativos.
- **Nível 3:** Modelos de precificação nos quais transações de mercado atual ou dados observáveis não estão disponíveis e que exigem alto grau de julgamento e estimativa. Instrumentos nessa categoria foram precificados usando técnicas de precificação em que ao menos um “input”, que pudesse ter um efeito significativo no preço, não é baseado em observação de dados de mercado. Quando os “inputs” podem ser observados de dados de mercado sem custos e esforços excessivos, ele é utilizado. Caso contrário, a Instituição determina um nível adequado para a entrada do “input”.

Em certos casos, os dados usados para apurar o valor justo podem situar-se em diferentes níveis da hierarquia de mensuração do valor justo. Nesses casos, o instrumento financeiro



é classificado na categoria mais conservadora em que os dados relevantes para a apuração do valor justo foram classificados. Essa avaliação exige julgamento e considera fatores específicos dos respectivos instrumentos financeiros. Mudanças na disponibilidade de informações podem resultar em reclassificações de certos instrumentos financeiros entre os diferentes níveis da hierarquia de mensuração do valor justo. O ajuste a valor justo de ativos financeiros é reconhecido no Patrimônio Líquido para ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou na Demonstração do Resultado, para demais ativos financeiros.

A Instituição avalia os níveis em cada período de divulgação e reclassifica os instrumentos quando necessário com base nos fatos no final do período.

III. Baixa de ativos financeiros

Os ativos financeiros serão baixados, parcialmente ou em sua totalidade, quando observados um dos cenários abaixo:

- Cessam os direitos contratuais aos fluxos de caixa;
- Quando não houver expectativa razoável de sua recuperação; ou
- Quando os riscos e benefícios forem transferidos substancialmente.

f) Operações de crédito

As operações de crédito e demais operações com característica de concessão de crédito da Instituição são classificadas na categoria de custo amortizado, uma vez que a gestão desses ativos tem como objetivo principal receber os fluxos de caixa contratuais.

g) Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

Na apuração das perdas esperadas associadas ao risco de crédito, a Instituição classifica os ativos financeiros em carteiras, conforme o art. 81 da Resolução BCB nº 352/23, e observa os percentuais mínimos de provisão previstos no art. 78 e nos anexos I e II, da referida Resolução.

A Instituição mantém as seguintes classificações dos ativos financeiros:

Operações	Classificação
Aquisição de recebíveis comerciais de pessoa não integrante do SFN	C3
Créditos para capital de giro	C4
Créditos para capital de giro com garantia em outros direitos de crédito	C3
Crédito na modalidade rotativo sem garantias ou colaterais	C5

A norma estabelece os métodos completo e simplificado para apuração das perdas esperadas com critérios de elegibilidade e procedimentos específicos. A Instituição adota o método simplificado, aplicando os parâmetros e percentuais previstos no art. 78 e nos anexos da Resolução BCB nº 352/23.

Operações com o prazo de atraso superior a 480 dias são baixadas contra a provisão constituída e deixa de integrar no balanço. Ativos com atraso superior a 90 dias são classificados como ativos com problema de recuperação, cujas receitas somente são reconhecidas no resultado quando efetivamente recebidas.



As operações renegociadas não inadimplidas permanecem classificadas como ativo com problema de recuperação enquanto existir o de risco de inadimplemento (*default*), sendo observados os critérios previstos no § 4º do art. 3º da Resolução BCB nº 352/23 para sua descaracterização. Quando houver ativo com problema de recuperação vinculado a uma determinada contraparte, os demais instrumentos financeiros associados à mesma contraparte recebem a mesma classificação. A provisão para perdas esperadas está apresentada na Nota 8.

h) Imobilizado em uso

Corresponde aos bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Instituição, inclusive aqueles decorrentes de operações que transfiram os riscos, os benefícios e o controle dos bens para a Instituição.

Os itens são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada e eventuais perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

i) Ativos e passivos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e dos passivos contingentes e das obrigações legais são realizados de acordo com a Resolução CMN nº 3.823/09 e com os critérios estabelecidos pelo CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

Os passivos contingentes decorrem de processos judiciais e administrativos, principalmente de natureza civil, relacionados ao curso normal dos negócios. As contingências são avaliadas por assessores internos, em conjunto com a assessoria jurídica terceirizada, considerando a probabilidade de saída de para liquidação das obrigações e a possibilidade de mensuração confiável dos respectivos valores.

As contingências são classificadas de acordo com a expectativa de perda:

- a) Provável: são constituídas provisões contábeis;
- b) Possível: divulgadas em notas explicativas, sem constituição de provisão; e
- c) Remota: não requerem provisão, nem divulgação.

j) Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social correntes e diferidos são apurados pelo Lucro Real. O Imposto de Renda é calculado à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 120 no semestre, e a Contribuição Social à alíquota de 17,5% sobre o lucro tributável. Quando aplicável, são consideradas as compensações de prejuízos fiscais e base negativa, limitadas a 30% do lucro real do período.

k) Outros passivos

Demais passivos são reconhecidos pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e ajustados ao valor presente.



Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento Efí S.A.

Demonstrações financeiras

30 de junho de 2026

l) Resultados recorrentes e não recorrentes

A Instituição considera recorrentes os resultados oriundos das operações relacionadas ao objeto social previsto em seu Estatuto Social e não recorrentes aqueles que não integram suas atividades usuais.

A seguir, são apresentados os resultados recorrentes e não recorrentes do período:

	30/06/2026	30/06/2025
Resultado recorrente do período	1.773	(2.096)
Resultado não recorrente do período	-	-

m) Eventos subsequentes

Eventos subsequentes são eventos que, favorável ou desfavoravelmente, ocorrem entre a data final do período a que se referem as demonstrações financeiras e a data de autorização para a sua emissão. Dois tipos de eventos podem ser identificados:

Os que evidenciam condições que já existiam na data final do período.

Os que indicam condições surgidas após o encerramento do período. Os eventos subsequentes aplicáveis estão apresentados na Nota Explicativa nº 21.

n) Normativos que possuem aplicação após 30 de junho de 2026

Lei Complementar nº 224, de 26 de dezembro de 2025 – Altera para 20% (vinte por cento) a alíquota da Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL), para as sociedades de crédito, financiamento e investimentos, com efeitos a partir de 01 de janeiro de 2028.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	30/06/2026	31/12/2025
Disponibilidades	21.804	9.582
Depósitos voluntários no BCB	21.341	9.255
Depósitos bancários	463	327
Aplicações interfinanceiras de liquidez (a)	-	4.031
Total	21.804	13.613

(a) Operações com prazo original inferior a 91 dias, liquidez imediata ou apresentam baixo risco de mudança de valor.

5. Aplicações interfinanceiras de liquidez**a) Modalidades de aplicação**

	30/06/2026	31/12/2025
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado		
Certificado de depósitos interfinanceiros	-	4.031
Total	-	4.031

b) Resultado de aplicações interfinanceiras

	30/06/2026	30/06/2025
Resultado com aplicações interfinanceiras de liquidez	1.091	159
Total	1.091	159



Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento Efí S.A.

Demonstrações financeiras

30 de junho de 2026

6. Títulos e valores mobiliários

No 2º semestre de 2025 o Efí SCFI realocou os recursos aplicados em TVM para Depósitos Voluntários no BCB (Nota 4) e Certificados de Depósitos Interfinanceiros (Nota 5).

a) Resultado com títulos e valores mobiliários

	30/06/2026	30/06/2025
Resultado com títulos e valores mobiliários	-	383
Total	-	383

7. Operações de crédito

a) Valor contábil bruto

	30/06/2026	31/12/2025
Saldo bruto da carteira de crédito	77.232	61.031
(-) Receitas diferidas – TJEO Diferenciada	(511)	(374)
Total	76.721	60.657
Circulante	63.853	51.371
Não circulante	12.868	9.286

b) Composição da carteira de crédito

	30/06/2026		
	Ativo não problemático	Ativo problemático	Total
Pessoa jurídica			
Cartão de crédito	4.403	6.521	10.924
Capital de giro	16.038	1.494	17.532
Direitos creditórios descontados	31.647	4.856	36.503
Pessoa física			
Cartão de crédito	2.247	7.018	9.265
Direitos creditórios descontados	2.155	342	2.497
Total da carteira	56.490	20.231	76.721
(-) Prov. p/perdas assoc. ao risco de crédito	(1.811)	(13.726)	(15.537)
Saldo da carteira líquida	54.679	6.505	61.184

	31/12/2025		
	Ativo não problemático	Ativo problemático	Total
Pessoa jurídica			
Cartão de crédito	4.195	4.681	8.876
Capital de giro	10.733	68	10.801
Direitos creditórios descontados	28.693	2.325	31.018
Pessoa física			
Cartão de crédito	2.280	5.944	8.224
Direitos creditórios descontados	1.738	-	1.738
Total da carteira	47.639	13.018	60.657
(-) Prov. p/ perdas assoc. ao risco de crédito	(1.818)	(8.697)	(10.515)
Saldo da carteira líquida	45.821	4.321	50.142



Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento Efí S.A.

Demonstrações financeiras

30 de junho de 2026

c) Composição da carteira por faixa de vencimento

	30/06/2026		
	Ativo não problemático	Ativo problemático	Total
Vencidas			
Acima de 90 dias	-	17.430	17.430
De 0 a 90 dias	8.320	1.512	9.832
A vencer			
Até 12 meses	35.509	1.082	36.591
A partir de 12 meses	12.661	207	12.868
Total	56.490	20.231	76.721
Circulante			63.853
Não circulante			12.868
	31/12/2025		
	Ativo não problemático	Ativo problemático	Total
Vencidas			
Acima de 90 dias	-	12.484	12.484
De 0 a 90 dias	12.699	181	12.880
A vencer			
Até 12 meses	26.351	294	26.645
A partir de 12 meses	8.589	59	8.648
Total	47.639	13.018	60.657
Circulante			51.371
Não circulante			9.286

d) Resultado das operações de crédito

	30/06/2026	30/06/2025
Rendas de empréstimos	18.835	6.911
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	126	102
Total	18.961	7.013

As operações objeto de renegociação no semestre representaram o montante de R\$ 1.974 (12/2025: R\$ 464)

8. Perdas esperadas associadas ao risco de crédito

	30/06/2026	30/06/2025
Saldo inicial	(10.515)	(2.366)
Constituição	(7.799)	(3.381)
Renegociação de carteira de crédito - não transitada no resultado (a)	(40)	(144)
Ajustes da resolução CMN nº 4.966/21	-	80
Valores baixados para prejuízo	2.817	437
Saldo final	(15.537)	(5.374)

(a) Corresponde ao volume de operações em prejuízo, renegociadas conforme o art. 49, § 2º, da Res. CMN nº 4.966/21.



Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento Efi S.A.

Demonstrações financeiras

30 de junho de 2026

9. Outros ativos

	30/06/2026	31/12/2025
Valores a receber controladora – nota 20	1.082	1.724
Impostos a compensar	659	-
Recebimentos a efetivar	364	-
Adiantamentos ao FGC	326	-
Despesas pagas antecipadamente	108	127
Comissões e corretagens a receber	103	-
Outros ativos	241	91
Total	2.883	1.942
Circulante	2.838	1.877
Não circulante	45	65

10. Outros passivos

	30/06/2026	31/12/2025
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	396	376
Obrigações trabalhistas	265	253
Encargos trabalhistas	131	123
Obrigações fiscais	1.102	463
Outros passivos	700	447
Fornecedores	363	360
Prêmios de seguro a repassar	211	-
Valores a pagar sociedades ligadas – Nota 20	44	59
Outros passivos	82	28
Contas a pagar - Operações de cartão (a) – Nota 20	2.174	2.272
Total	4.372	3.558
Circulante	4.372	3.558

(a) Valor a pagar ao Efi IP relativo ao financiamento de saldo das faturas do cartão de crédito não liquidadas.

11. Depósitos e demais instrumentos financeiros

a) Modalidades e prazos de vencimentos

	30/06/2026				31/12/2025
	Até 90 dias	De 91 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total	Total
Certificado de depósito bancário (a)	21.195	28.882	22.317	72.394	54.801
Total	21.195	28.882	22.317	72.394	54.801
Circulante				50.077	39.073
Não circulante				22.317	15.728

(a) CDBs atualizados a taxas que variam entre 70% e 120% do CDI.

b) Despesas com captações no mercado

	30/06/2026	30/06/2025
Depósitos a prazo	4.024	1.159
Total	4.024	1.159



12. Provisões para contingências

A Instituição é parte em processos judiciais de natureza cível, decorrentes do curso normal de suas atividades. As provisões são reconhecidas sempre que as perdas das ações forem consideradas prováveis.

Ação	31/12/2025	Constituições	Pagamentos	Reversões	30/06/2026
Cível	16	-	(4)	(2)	10
Total	16	-	(4)	(2)	10

Ação	31/12/2024	Constituições	Pagamentos	Reversões	30/06/2025
Cível	4	-	-	-	4
Total	4	-	-	-	4

As ações consideradas como perda possível, totalizam R\$ 550 (2025: R\$ 259). Não há contingência fiscal e trabalhista na Instituição.

13. Patrimônio líquido

O Conglomerado Prudencial Efí, por estar enquadrado no Segmento S4, observa os requerimentos mínimos de patrimônio de referência previstos na Resolução BCB nº 265/22 e na Resolução CMN nº 4.553/17.

a) Capital social

O capital social da Instituição em 30/06/2026 é de R\$ 26.050 subscrito e integralizado, dividido em 17.366 ações ordinárias com valor nominal de R\$ 1,50 (um real e cinquenta centavos) cada.

b) Política de distribuição de lucros

A Assembleia Geral poderá distribuir dividendos em valor superior ao previsto no estatuto social da Instituição que está estabelecido no Capítulo VII, Artigos 17, 18, 19, 20 e 21, bem como poderá, durante o exercício social, distribuir dividendos com base na conta de reserva de lucros existente no último balanço anual.

De acordo com o parágrafo 4º do art. 202, da Lei nº 6.404/76, o dividendo mínimo obrigatório poderá deixar de ser distribuído quando houver incompatibilidade com a situação financeira da Instituição, se declarada por qualquer membro da Diretoria em assembleia ordinária.

c) Constituição de reserva de lucros

Nos termos da legislação societária e estatuto social da Instituição, a reserva legal é constituída à base de 5% sobre o lucro líquido, limitada a 20% do capital social. O saldo das reservas especiais de lucros é oriundo de lucros após as destinações legais.

d) Adoção inicial Resolução CMN nº 4.966/21

Em novembro de 2021, foi divulgada a Resolução CMN nº 4.966/21, a qual define os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas



Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento Efí S.A.

Demonstrações financeiras

30 de junho de 2026

Instituições Financeiras e demais Instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Com vigência a partir de 1º de janeiro de 2025, os efeitos dos ajustes decorrentes da aplicação dos critérios contábeis definidos na norma passaram a ser reconhecidos prospectivamente a partir dessa data.

Como resultado da adoção dos critérios para constituição da provisão para perdas esperadas, conforme previsto na Resolução CMN nº 4.966/21, foi registrado um ajuste positivo no patrimônio líquido de R\$ 80.

A Instituição não constatou mudanças significativas em relação às novas regras estabelecidas para a definição do modelo de negócios, bem como de reclassificações de instrumentos financeiros entre as categorias de ativos financeiros.

14. Receitas de prestação de serviços

	30/06/2026	30/06/2025
Receitas de tarifas bancárias – PJ	686	245
Receita com comissões em comercialização e serviços de seguros	181	-
Total	867	245

15. Despesas de pessoal

	30/06/2026	30/06/2025
Remuneração	(838)	(842)
Benefícios	(262)	(202)
INSS	(220)	(212)
Participações nos lucros	(110)	(33)
FGTS	(68)	(66)
Total	(1.498)	(1.355)

16. Outras despesas administrativas

	30/06/2026	30/06/2025
Processamento de dados (a)	(2.956)	(2.933)
Serviços de terceiros (b)	(293)	(171)
Centro de serviço compartilhado – nota 20	(120)	(120)
Outras	(30)	(26)
Total	(3.399)	(3.250)

(a) Referem-se, basicamente, a consultas de dados cadastrais em sistemas de *bureau*.

(b) Incluídos os valores de serviços relacionados à auditoria independente.

17. Despesas tributárias

	30/06/2026	30/06/2025
Cofins	(669)	(261)
PIS	(109)	(42)
ISS	(20)	(8)
Outras	(2)	(3)
Total	(800)	(314)



Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento Efi S.A.

Demonstrações financeiras

30 de junho de 2026

18. Imposto de renda e contribuição social

	30/06/2026	30/06/2025
Resultado antes das adições e exclusões	2.533	(2.096)
(+) Adições	163	998
Permanentes	69	16
Temporárias: Provisões ou perdas estimadas	94	982
(=) Resultado após adições e exclusões	2.696	(1.098)
(-) Compensação de prejuízos fiscais	(809)	-
(=) Lucro Real	1.887	(1.098)
IRPJ devido	460	-
(-) Incentivos fiscais	(10)	-
(=) IRPJ e CSLL	760	-

19. Gestão de riscos e de capital

Estrutura de Gerenciamento de Riscos

O Efi Bank reconhece a importância do gerenciamento de riscos e acredita no seu papel fundamental no processo de escolha das oportunidades compatíveis com a complexidade de seus negócios e vem, ao longo dos anos, disseminando e fortalecendo essa cultura.

A gestão abrangente dos riscos, entre outros benefícios, proporciona a estabilidade dos resultados financeiros e contribui para a geração de valor e para a consolidação de uma Instituição cada vez mais sólida, integrada, rentável, socialmente responsável e eficiente.

A estrutura de gerenciamento de riscos é segregada e independente das demais áreas de negócio, compatível com a natureza das atividades, porte da Instituição, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, e proporcional à dimensão das exposições que abrangem os riscos de crédito, de liquidez, operacional e de capital.

O Efi adota o [Modelo das Três Linhas](#) do *Institute of Internal Auditors* (IIA) como parte do processo de gerenciamento de riscos, considerando a atuação conjunta dos seguintes componentes:

- **1ª Linha:** áreas de negócios;
- **2ª Linha:** áreas de governança;
- **3ª Linha:** avaliação periódica e independente da Auditoria Interna.

Os princípios e as normas que direcionam o gerenciamento dos riscos envolvidos nas operações e nos processos da Instituição, bem como a estrutura constituída para assegurar identificação, avaliação, monitoramento, controle e mitigação destes encontram-se disponíveis no site <https://sejaefi.com.br/governanca-corporativa/>.

a. Risco de Crédito

O risco de crédito pode ser definido como possível ocorrência de perdas associadas:

- Ao descumprimento pela contraparte de suas obrigações nos termos pactuados;
- A desvalorização, redução de remunerações e ganhos esperados em instrumento financeiro decorrentes da deterioração da qualidade creditícia da contraparte, do interveniente ou do instrumento mitigador;



- A reestruturação de instrumentos financeiros;
- Aos custos de recuperação de exposições caracterizadas como ativos problemáticos.

Adicionalmente, a definição de risco de crédito inclui:

- O risco de crédito da contraparte, entendido como a possibilidade de perdas decorrentes do não cumprimento de obrigações relativas à liquidação de operações que envolvam fluxos bilaterais, incluindo a negociação de ativos financeiros ou de derivativos;
- A possibilidade de ocorrência de desembolsos para honrar garantias financeiras prestadas;
- A possibilidade de perdas associadas ao não cumprimento de obrigações nos termos pactuados por interveniente, provedor do instrumento mitigador ou mandatário de cobrança;
- O risco de concentração, entendido como a possibilidade de perdas associadas a exposições significativas.

O processo de gerenciamento do risco de crédito no Efí Bank consiste em um conjunto de ferramentas de gestão que identificam os fatores que impactam o risco de crédito. Esse processo inclui, mas não se limita a:

- Ao acompanhamento de exposições com características semelhantes;
- A identificação de fontes significativas do risco de crédito;
- A identificação da contraparte ou de seus intervenientes; e
- A forma de agregação das exposições.

A avaliação para concessão do limite de crédito aos clientes, pautada pelas diretrizes internas de crédito, prevê a verificação dos dados cadastrais e a realização de consultas a *bureaus* como apoio à decisão. Ainda no âmbito desse processo, devem ser consideradas as operações sujeitas ao risco de crédito, as repactuações, a detecção de indícios de qualidade creditícia da contraparte e os créditos objeto de cobrança e de recebimento.

As provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito foram constituídas com base nos critérios estabelecidos pela regulamentação prudencial em vigor, em especial as Resoluções CMN nº 4.966/2021 e BCB nº 352/2023, aplicável a partir de janeiro de 2025.

Em linhas gerais, as operações da Instituição englobam crédito provenientes de clientes que utilizam o cartão de crédito Efí e que optaram por parcelar suas faturas ou que não pagam suas faturas na data do vencimento, entrando assim no rotativo do cartão. A carteira também é composta por operações de clientes que contratam a antecipação de recebíveis, operação de desconto de duplicatas mercantis, e pelo capital de giro.

A carteira de crédito passa por um processo de monitoramento da qualidade creditícia contínua que mede os níveis de concentração e o comportamento da inadimplência, sendo as variações obtidas nesse processo utilizadas como um dos parâmetros de atualização da estratégia creditícia da Instituição.

**a) Risco de Liquidez**

O risco de liquidez pode ser definido como sendo a possibilidade de a Instituição:

- Não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas;
- Não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O processo de gerenciamento do risco de liquidez consiste no conjunto de procedimentos que visam garantir a capacidade de pagamento do Efi Bank, possibilitando identificar, mensurar, classificar, monitorar, mitigar e reportar os fatores que impactam a liquidez.

A avaliação constante das posições em ativos líquidos objetiva mitigar o risco de que o Efi não consiga negociar suas posições a um preço justo de mercado, motivada pelo baixo volume ou pela descontinuidade desse ativo.

A otimização dos recursos disponíveis, o planejamento financeiro e das operações em termos de prazos, tipos de contrapartes e seus respectivos setores econômicos, trazem insumos para direcionar ações que possibilitem suportar cenários de estresse.

b. Risco Operacional

Conforme a Resolução BCB nº 265/2022, o risco operacional decorre da possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou ainda de eventos externos que impactem na realização dos objetivos do Efi Bank.

Salienta-se, ainda, a definição do risco operacional, que também inclui o risco legal associado a:

- Inadequação ou deficiência em contratos firmados pelo Efi;
- Sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais; e
- Indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pelo Efi.

O gerenciamento do risco operacional está subsidiado no Modelo das Três Linhas:

- Na 1ª linha, há a atuação das áreas de negócios da Instituição, as quais são responsáveis pelo provimento de produtos e serviços aos clientes, bem como pela gestão primária dos riscos e controles;
- Na 2ª linha, há a atuação das áreas de governança da Instituição na gestão corporativa do risco operacional, oferecendo expertise, apoio, monitoramento e questionamento sobre questões relacionadas a riscos, controles e conformidade;
- Na 3ª linha, há a atuação independente da Auditoria Interna, responsável por avaliar a adequação e eficácia do modelo geral de gestão de risco, do funcionamento dos controles e das estruturas de governança;
- Por fim, órgãos externos e independentes de toda a estrutura organizacional, como auditorias externas e reguladores, formam uma linha adicional, avaliando a efetividade das três linhas do Efi.



Há uma estrutura responsável pela identificação e avaliação dos riscos operacionais; pela análise do desenho e efetividade do sistema de controles internos; pela elaboração e condução de testes periódicos do plano de continuidade de negócios; por disseminar uma cultura de gestão integrada de riscos e de controles para os colaboradores; e pela avaliação de riscos no lançamento de novos produtos, serviços e mudanças significativas nos processos existentes.

c. Gestão de Capital

A gestão de capital é um processo contínuo de monitoramento e controle do capital regulamentar, que abrange a avaliação da necessidade de capital, com base em projeções que englobam premissas de aumento das exposições ao risco, seja pelo crescimento das operações, pela avaliação de novos produtos ou serviços, e ainda, pela avaliação de possíveis impactos no capital oriundos de novos regulamentos, bem como o planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição. A estrutura de gestão de capital do Efí Bank é compatível com o porte, tamanho, a natureza das suas operações, considerando a complexidade dos produtos e serviços oferecidos.

Requerimentos Mínimos de Capital

Conforme a Resolução BCB nº 436/2024, o Conglomerado Efí se classifica como um Conglomerado Prudencial Tipo 3, sendo integrado por uma Instituição de Pagamento líder e outra Instituição Financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Ressalta-se que ambas as Instituições estão classificadas no Segmento 4 (S4), com estrutura de gerenciamento contínuo e integrado de riscos.

A estrutura de gestão de capital do Conglomerado Efí ganha relevância ao promover a racionalização na utilização do capital da Instituição, otimizando o custo de oportunidade na alocação de recursos. A seguir, apresenta-se a composição para o cálculo do Índice de Basileia e os requerimentos mínimos exigidos:

	30/06/2026	31/12/2025
PR - Patrimônio de Referência	52.794	54.341
Capital Nível I	52.794	54.341
Capital Principal	52.794	54.341
Capital Complementar	-	-
Capital Nível II	-	-
Ativos Ponderados pelo Risco	426.671	351.716
Risco Operacional	117.830	79.865
Risco de Crédito	86.722	91.558
Risco de Serviços de Pagamento	221.621	179.654
Risco de Mercado	498	639
Requerimento mínimo de capital	44.801	36.930
Margem de patrimônio	7.993	17.411
Índice de Requerimento Calculado	12,37%	15,45%
Índice de Imobilização	5,67%	6,85%
Folga de Imobilização	23.404	23.422



Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento Efí S.A.

Demonstrações financeiras

30 de junho de 2026

Em 03/11/2025 o BCB editou a Resolução Conjunta nº 14 e a Resolução BCB nº 517. Esses normativos atualizaram o arcabouço referente à apuração do limite mínimo de capital social integralizado e do patrimônio líquido das instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, revogando as exigibilidades previstas nas resoluções CMN nº 2.099/1994 e CMN nº 2.607/1999 e aumentando o nível de cobrança em prol da mitigação do risco moral.

Nesse contexto, o novo arcabouço normativo exige, no mínimo, R\$ 26.000 de capital social integralizado e de patrimônio líquido da Instituição, representando um aumento significativo em relação às exigências anteriores, que previam um limite mínimo de capital e patrimônio líquido na ordem de R\$ 4.900. O aumento das exigências ocorrerá de forma gradual, em 3 etapas sucessivas a partir de julho de 2026.

20. Transações com partes relacionadas

	30/06/2026		31/12/2025	
	Pessoa Física	Pessoa Jurídica	Pessoa Física	Pessoa Jurídica
Ativos				
Moeda eletrônica mantidos na controladora	-	463	-	327
Valores a receber da controladora	-	1.082	-	1.724
Operações de crédito	9	-	4	-
Total	9	1.545	4	2.051
Passivos				
Depósitos a prazo	59	5.816	56	3.583
Contas a pagar – Oper. de cartão – Nota 10	-	2.218	-	2.331
Total	59	8.034	56	5.914
Despesas				
Despesa de centro de serviço compartilhado	-	(120)	-	(240)
Despesa com captação	(7)	(306)	(3)	(83)
Cartão de benefícios para empregados	-	(203)	-	(282)
Locação de bens	-	-	-	(2)
Total	(7)	(629)	(3)	(607)

21. Eventos subsequentes

Não houve eventos subsequentes até a data de aprovação destas demonstrações financeiras.



Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento Efí S.A.

*Demonstrações financeiras
30 de junho de 2026*

Diretores

Denis Costa da Silva

Francisco Carvalho

Luciana Dale Vedove

Paulo Sérgio de Faria Barros

Contador Responsável

Alessander Campo Dall'Orto

CRC: ES-012954/O

DFs SCFI - 1º semestre 2026

Relatório de auditoria final

2026-08-27

Criado em:	2026-08-27
Por:	Viviane Miranda (viviane.miranda@sejaefi.com.br)
Status:	Assinado
ID da transação:	CBJCHBCAABAAciEqdWfX8BmwyY92aiN4w3InUchVBa1W

Histórico de "DFs SCFI - 1º semestre 2026"

-  Documento criado por Viviane Miranda (viviane.miranda@sejaefi.com.br)
2026-08-27 - 13:56:02 GMT
-  Documento enviado por email para Alessandro Dallorto (alessander.dallorto@sejaefi.com.br) para assinatura
2026-08-27 - 13:56:10 GMT
-  Email visualizado por Alessandro Dallorto (alessander.dallorto@sejaefi.com.br)
2026-08-27 - 14:14:38 GMT
-  Documento assinado eletronicamente por Alessandro Dallorto (alessander.dallorto@sejaefi.com.br)
Data da assinatura: 2026-08-27 - 14:15:23 GMT - Fonte da hora: servidor - Aparência da assinatura selecionada: IMAGEM
-  Documento enviado por email para Luciana Vedove (luciana.vedove@sejaefi.com.br) para assinatura
2026-08-27 - 14:15:25 GMT
-  Email visualizado por Luciana Vedove (luciana.vedove@sejaefi.com.br)
2026-08-27 - 14:19:46 GMT
-  Documento assinado eletronicamente por Luciana Vedove (luciana.vedove@sejaefi.com.br)
Data da assinatura: 2026-08-27 - 16:07:36 GMT - Fonte da hora: servidor - Aparência da assinatura selecionada: TIPO
-  Documento enviado por email para paulo.barros@sejaefi.com.br para assinatura
2026-08-27 - 16:07:39 GMT
-  Email visualizado por paulo.barros@sejaefi.com.br
2026-08-27 - 17:19:11 GMT
-  O signatário paulo.barros@sejaefi.com.br inseriu o nome Paulo Sérgio de Faria Barros ao assinar
2026-08-27 - 17:23:43 GMT
-  Documento assinado eletronicamente por Paulo Sérgio de Faria Barros (paulo.barros@sejaefi.com.br)
Data da assinatura: 2026-08-27 - 17:23:45 GMT - Fonte da hora: servidor - Aparência da assinatura selecionada: TIPO



Documento enviado por email para Denis Silva (denis.silva@sejaefi.com.br) para assinatura

2026-08-27 - 17:23:48 GMT



Email visualizado por Denis Silva (denis.silva@sejaefi.com.br)

2026-08-27 - 17:44:54 GMT



Documento assinado eletronicamente por Denis Silva (denis.silva@sejaefi.com.br)

Data da assinatura: 2026-08-27 - 17:45:07 GMT - Fonte da hora: servidor - Aparência da assinatura selecionada: TIPO



Contrato finalizado.

2026-08-27 - 17:45:07 GMT



Adobe Acrobat Sign